



A

Reunião do dia 14 de dezembro de 2016

Local:

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Chamusca - Sala de reuniões

Início: 11h07m

Fim: 13h12m

Presenças:

- APA – Agência Portuguesa do Ambiente – Eng. Ana Sofia Vaz;
- Assembleia Municipal da Chamusca - Francisco José Velez Gaspar, Presidente;
- Bombeiros Voluntários da Chamusca - Rui Miguel Lino Alcobia Marques Saramago, Comandante;
- CCDR-LVT – Eng. Cristiano Amaro;
- Junta de Freguesia de Carregueira - Joel Nunes Marques, Presidente;
- Junta de Freguesia de Ulme - António Manuel Rodrigues Peixinho, Presidente;
- Município da Chamusca - Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, Presidente;
- Quercus – Carmen Lima e Conceição Lopes;
- Técnicos do Município da Chamusca:
 - Evelina Maria Ribeiro Arrabaça Cebola Gonçalves Mendes, Chefe de Divisão (DUPOA);
 - Tiago Pedro Carvalho Jerónimo, Engenheiro do Ambiente;
 - Ricardo Miguel da Silva Porto, Engenheiro do Ambiente.

Observadores:

- Vereadores da Câmara Municipal: Francisco Manuel Petisca Matias
- Representantes dos grupos partidários da Assembleia Municipal: António José Tomaz Moreira, representando o Partido Socialista (PS)

Comissão de Acompanhamento do Eco Parque


A

Faltas justificadas:

- ACHAR – Eng. Rui Igreja;
- União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande – Rui Martinho, Presidente.

Faltas injustificadas:

- Agrupamento de Escolas da Chamusca;
- Assembleia de Freguesia da Carregueira;
- Associação da Charneca ao Tejo;
- Município de Constância;
- GNR – SEPNA;
- Junta de Freguesia de Vale de Cavalos;
- União de Freguesias da Parreira e Chouto.

Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Chamusca deu as boas vindas aos membros da Comissão e observadores presentes, tendo agradecido a quem o acompanhou à visita pelas 9h feita às instalações do CIVTRHI sitas no Eco Parque do Relvão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Chamusca informou que não existia quórum, pelo que foi deliberado por unanimidade de presenças retirar da ordem de trabalhos os pontos em que fosse necessária votação, ficando apenas os de informação.

O Sr. Presidente da Câmara expôs que têm existido algumas reclamações por causa dos odores e cheiro intenso a gaz, causando desconforto às populações da Carregueira, Pinheiro Grande, Chamusca e Ulme, onde também se têm verificado queixas. Por isso, é muito importante a interligação com a APA para o Município ter uma validação do trabalho que desenvolve com a monitorização. Assim, apela a que exista *feedback* por parte da mesma e interligação de dados entre os Técnicos do Município e os da APA.



O Sr. Comandante dos Bombeiros informou não ter podido acompanhar a visita ao CIVTRHI por motivos profissionais e deu as boas vindas a todos os presentes.

A representante da APA disse pretender colaborar e mudar a ligação que existe entre as entidades, devendo encontrar-se uma ponte de trabalho comum a todos, até porque algumas das empresas sitas no Eco Parque do Relvão têm um papel muito significativo a nível nacional. Pretende-se a partilha de informações e resultados, tendo agradecido o convite para estar presente.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal lamentou as muitas ausências na reunião, dizendo que os serviços deveriam tentar saber a justificação para o porquê destas mesmas ausências.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira demonstrou preocupação com os odores que se têm vindo a sentir, principalmente desde o início de novembro. Demonstrou também preocupação com as alterações paisagísticas levadas a cabo pela RIBTEJO.

Congratulou a presença da APA e da CCDR-LVT na reunião, pois considera que tem faltado durante estes anos canais diretores a quem as entidades se possam dirigir para que atuem em determinadas situações. Aproveitou para manifestar o compromisso de encontrar soluções por parte da Autarquia que representa.

O representante da CCDR-LVT pediu desculpa por não ter vindo à visita ao CIVTRHI. Disse desconhecer a existência desta Comissão até o Presidente da CCDR-LVT lhe ter delegado a competência de estar presente na reunião.

Mencionou que estão disponíveis para colaboração direta com as diversas entidades e que estão abertos a conversar sobre todos os problemas que surjam.



AF

Ordem do Dia:

1. ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA REN – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL NO ÂMBITO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO PDM CHAMUSCA – ECOPARQUE DO RELVÃO

Presente Aviso n.º 10925/2016, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 169 de 02.09.2016, explicando a Sra. Eng.ª. Evelina Cebola que foi aprovada uma proposta de alteração da delimitação da REN que ocorreu em simultâneo com a alteração do Plano Diretor Municipal da Chamusca para a área do Eco Parque do Relvão, com o fim de incluir áreas urbanas.

O Sr. Presidente da Câmara mencionou que é de extrema importância a construção da nova ponte e que a mesma em conjunto com o IC3 está em 20.º lugar nas prioridades da Infraestruturas de Portugal. Considera que a IP não tem em conta a fluidez de trânsito e os constrangimentos para a circulação que os camiões da exploração florestal, da agricultura e dos transportes para o Eco Parque do Relvão provocam na passagem na Ponte.

A Comissão por unanimidade de presenças tomou conhecimento.

2. RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO DA ÁGUA

Presentes relatórios do Plano de Monitorização da Qualidade de Águas Superficiais do Eco Parque do Relvão com data de recolha de maio de 2016 e julho de 2016, tendo o Sr. Eng. Tiago Jerónimo informado que o Município ainda não possui os resultados da 3ª recolha feita em novembro.

O Sr. Eng. Tiago Jerónimo explicou a localização dos nove pontos de recolha, tendo dito que foi acrescentado um novo ponto de recolha (PR09) a Oeste do Eco Parque e a Norte da Herdade da Galega, na Ribeira do Chicharo, onde existe uma forte presença de suiniculturas.



Disse ainda que o ponto PR07, localizado a Este e a jusante da instalação da RESITEJO, na Ribeira das Fontainhas é o que tem apresentado mais problemas com valores altos nos metais pesados e que havia sido encontrado lixiviado puro detetável pela cor e pelo cheiro.

Transmitiu ainda que também o ponto PR08, localizado a Norte e a jusante da instalação da RIBTEJO, na Ribeira das Lamas tem sido um ponto crítico. O Sr. Eng. Tiago referiu ainda que em 2017 o ponto PR09 será mudado para uma zona mais estratégica, uma vez que a localização atual não apresenta incumprimentos. Mencionou ainda que a SISAV e a ECODEAL têm um controlo diferente das outras empresas e por isso não têm impacto na qualidade da água.

O Sr. Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Direção da RESITEJO, explicou o porquê do derrame de lixiviados e quais os procedimentos que a empresa havia levado a cabo para resolver o problema.

A representante da APA questionou: Qual tem sido a atuação junto das empresas que têm feito incumprimentos? Tentaram perceber as causas para aplicação de medidas corretivas? A Câmara tem atuado no âmbito das suas competências? Que esforço pode a APA fazer para os valores mudarem?

O Sr. Eng. Tiago Jerónimo explicou que entre a recolha e o resultado das análises passam por vezes mais de dois meses. Disse que tentam conversar com as empresas para perceber se se tratou de uma anomalia pontual ou se é uma questão de procedimento ou erro técnico. Mencionou que tentam sensibilizar as empresas para procederem às correções necessárias. Apela às empresas para que vão alterando os procedimentos.

Considera que o ideal seria que todas tivessem medidas de autocontrolo como os CIRVER's, que são medidas muito apertadas, não permitindo por isso que se verifiquem anomalias.

A Comissão por unanimidade de presenças tomou conhecimento.



3. RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO DO AR

O Sr. Eng. Tiago Jerónimo informou que está a decorrer campanha em dois locais da freguesia da Carregueira: EB1 da Carregueira – de 01.12.2016 a 16.12.2016 e na zona sul do CIVTRHI – Valeira / Ulme de 17.12.2016 a 03.01.2017, com possível acompanhamento real no endereço <http://idad-qualar.rhcloud.com/>.

Foi ainda mencionado que a CCDR-LVT possui uma estação na Chamusca, no Senhor do Bonfim, e que seria bom tentar perceber os dados que a mesma transmite e analisar em conjunto com os dados que o Município possui para se chegarem a conclusões.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira mencionou três observações: 1º - Seria interessante que se saiba qual o impacto dos valores nas populações e no meio ambiente. Analisar cada valor e verificar qual o seu impacto no meio envolvente; 2º - Seria interessante ter acesso aos relatórios que as empresas enviam para a APA para comparação com os nossos; 3º - Se a APA tem equipamentos para medição porque tem o Município que pagar a uma Universidade para ter relatórios de monitorização?

A representante da APA disse que a preocupação e a partilha da responsabilidade está identificada e será endereçada e que a APA está a identificar os problemas que se verificam. Disse ainda que a APA no âmbito das suas atribuições e de acordo com a legislação tem obrigações de acompanhamento de algumas redes de monitorização nomeadamente de água, não tendo obrigações ao nível do anteriormente referido, não obstante importará avaliar a intervenção de cada entidade no que à monitorização concerne

A Sra. Eng.ª Evelina Cebola respondeu que a APA não conseguia assegurar 56 dias de leituras por ano que a Lei obriga a ter para ser fidelizada a leitura anual. Disse que a Câmara Municipal tinha solicitado esse serviço à APA e que esta havia respondido que não tinha meios para tal.



A representante da Quercus questionou se a estação da APA servia para medir os valores por causa do Eco Parque e da instalação dos CIRVER ou se já existia.

Consideram que deve haver uma compensação para proteger as populações uma vez que o concelho foi fustigado com a instalação dos equipamentos no Eco Parque, principalmente os dois CIRVER.

A Sra. Eng.ª. Evelina Cebola disse que a APA recebe relatórios e tem dados que nem o Município nem a Comissão de Acompanhamento do Eco Parque têm.

O Sr. Presidente da Câmara questionou a representante da APA se têm recebido dados preocupantes dos quais o Município não tenha conhecimento, tendo a Sra. Eng.ª Ana Sofia Vaz respondido que a AMBIMED em fase de testes teve uns problemas que já estão a ser resolvidos, mas que de resto não existem valores preocupantes. Disse que existem informações que a APA dispõe e outras que é a CCDR, por isso tem que se verificar uma interligação entre as entidades.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou porque é que se verificava esta falta de informação para com o Município referindo que tem que ser dada a informação necessária aos cargos políticos e agentes locais para que possam responder aos munícipes e fregueses que exigem respostas.

Entende que seria bom que se verifique esta partilha de informação que está a ser prometida pelas instituições.

O Sr. Presidente da Câmara disse que é muito importante a Comissão de Acompanhamento conhecer quem é responsável pelo quê, quais são as competências de cada entidade.

Assim, solicita à APA e à CCDR que, atempadamente, remeta informação simplificada à Comissão de Acompanhamento para ser analisada comparativamente com as análises em posse do Município.

Seria importante que nesses relatórios a Quercus mencionasse quais os impactos na fauna, na flora e nas populações.



A Comissão por unanimidade de presenças tomou conhecimento.

4. RELATÓRIOS DE OCORRÊNCIA – TRANSPORTES DE RESÍDUOS HOSPITALARES

Presentes relatórios de ocorrências que se verificaram nos dias 13.06.2016, 04.07.2016 e 26.09.2016, dando conta do aparecimento de resíduos hospitalares em várias zonas do Eco Parque do Relvão e na E.N. 118 a seguir ao cemitério da Carregueira e na zona do Arripiado.

O Sr. Eng. Ricardo Porto explicou que alguns resíduos vão para aterro na RESITEJO e RIBTEJO e poderá ter sido nesse trajeto, devido ao mau acondicionamento dos resíduos no seu transporte, que os resíduos caíram para as bermas. Quanto às ocorrências na E.N.118, conclui-se que não há explicação para as mesmas e que tanto a AMBIMED como o CIVTRHI negam responsabilidades.

O Sr. Eng. Tiago Jerónimo acrescentou que muitos dos resíduos encontrados estavam contaminados, por isso não tinham sido ainda sujeitos a esterilização, tendo a Quercus questionado se estas unidades não recebem dos produtores e se são elas que gerem a recolha.

A representante da APA disse que possuem a informação relativa aos resíduos recebidos e encaminhados por parte das empresas pelo que tendo-se identificado nos resíduos encontrados o nome de um hospital, poderá proceder-se à análise dos dados respeitantes a esta entidade e avaliar quais foram os operadores de gestão de resíduos envolvidos na gestão destes resíduos. Após a realização do exercício referido informará da conclusão do mesmo aos elementos desta Comissão.

O Sr. Eng. Tiago Jerónimo mencionou que só se verificam quedas de resíduos da Ponte da Chamusca até ao acesso ao Eco Parque, nada tendo sido encontrado para o lado de Constância, nem para o lado da Chamusca.



A representante da Quercus mencionou que estas ocorrências têm que ser remetidas ao SEPNA e ao IGAMAOT pois se há registos de hospital já se encontra um ponto de partida.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a RESITEJO tem licença para receber resíduos hospitalares depois de passarem pela autoclavagem, e que considera que os resíduos sólidos urbanos também são perigosos porque as pessoas deitam tudo para os contentores de lixo urbano.

A Comissão por unanimidade de presenças tomou conhecimento.

5. PROJETO DE ALTERAÇÕES DO ATERRO DA RIBTEJO

A Sra. Eng.ª Evelina Cebola explicou que o Município recebeu uma denúncia por parte da Quercus de que a empresa RIBTEJO poderia estar a proceder a uma contaminação da linha de água, tendo o Sr. Eng. Tiago Jerónimo ido ao local e verificado que estava a haver movimentação de grande dimensão de terras e mexida na linha de água. Havia uma intervenção na linha de água e o montado de sobro estava a ficar submerso por terras que estavam a ser movimentadas.

Solicitou então a Sra. Eng.ª ao Sr. Presidente da Câmara o embargo da obra porque não existia qualquer tipo de licenciamento. O embargo da referida obra foi feito em 30.11.2016 até que a empresa se deslocasse ao Município para iniciar o processo de licenciamento o que já foi entretanto feito, estando agora em processo de análise.

A Sra. Eng.ª mencionou ainda que a obra se encontra parada e que a alteração à linha de água vai ser reencaminhada para a APA, tendo o processo de licenciamento já seguido para a mesma.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira referiu que a RIBTEJO não tem sido minimamente sensível aos apelos da Junta de Freguesia e não respeita o meio onde está instalada.



A representante da APA mencionou que nos relatórios que as empresas remetem não constam reclamações nem das populações nem das forças políticas o que se torna contrastante com o sentimento que parece ser comum a todas as entidades, tendo questionado a J.F. da Carregueira se já haviam reclamado junto das mesmas.

O Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Carregueira respondeu que já haviam denunciado ao SEPNA, APA, CCDR-LVT, IGAMAOT, etc. Já tinham sido feitas várias diligências mas efetivamente junto das empresas formalmente nunca foi apresentada reclamação, apenas oralmente.

A representante da APA solicitou lhe seja enviado o regulamento da Comissão de Acompanhamento pois gostava de conhecer mais profundamente os membros pertencentes à mesma e o seu regulamento.

A Comissão por unanimidade de presenças tomou conhecimento.

6. ASSOCIAÇÃO ECOPARQUE DO RELVÃO – APRESENTAÇÃO DOS ESTATUTOS

Por unanimidade de presenças retirado da ordem de trabalhos por não existir quórum.

7. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE NOVOS ELEMENTOS NA COMISSÃO: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS ANIMAIS E DO AMBIENTE DA CHAMUSCA

Por unanimidade de presenças retirado da ordem de trabalhos por não existir quórum.

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim servindo de Secretário, que redigi e igualmente assino.

O Presidente da Câmara, _____

O Técnico Superior Ana Freita